Governo começa a planejar novas políticas a partir da mudança populacional apontada no Censo

24/01/2023

Planejamento

Com mais de 200 municípios paranaenses com dados fechados, o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) chega à reta final e já aponta transformações importantes que o Governo do Estado deve levar em conta no planejamento de ações, com a nova dinâmica populacional e as transferências de recursos aos municípios via Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Dados preliminares divulgados no fim do ano passado indicam que em cerca de 150 municípios a população reduziu ou se manteve próxima ao último levantamento, concluído 12 anos atrás, em 2010. Já 247 cidades tiveram aumento populacional, dos quais 35 delas com crescimento superior a 10 mil habitantes. O aumento da população paranaense foi de 11,7% nesse período, superando o índice nacional de 8,19%.

Os dados iniciais do Censo e as demandas oriundas dele foram tema de reunião do secretário do Planejamento, Guto Silva, com o superintendente estadual do IBGE, Elias Ricardo. O diretor-presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), Marcelo Curado, também participou do encontro.

[Planejamento quer ampliar utilização de indicador do Ipardes para avaliar políticas públicas](#)

Um dos pontos principais desses dados é que segue havendo um crescimento populacional em municípios grandes – e também em médios considerados polos regionais –, e uma redução significativa da população das pequenas cidades. O Estado conta agora com 22 cidades com mais de 100 mil habitantes. Há ainda 69 municípios que possuem entre 20 mil e 100 mil moradores e 105 com 10 mil a 20 mil residentes. As maiores localidades estão concentradas na Região Metropolitana de Curitiba, Norte e Oeste do Paraná.

Esse movimento, causado principalmente pelo êxodo da população jovem das pequenas cidades aos municípios maiores, costuma ter como causas a

dificuldade de encontrar emprego, procura de melhor renda, busca por melhores condições de vida e de infraestrutura de modo geral. “Este fato deve constituir um grande desafio para as políticas públicas nos próximos anos”, disse Ricardo.

Se este movimento for verificado efetivamente na conclusão da pesquisa, um dos agravantes é diminuição do repasse a pequenos municípios. “Isso pode ocorrer visto que alguns municípios devem deixar determinada faixa no FPM, uma transferência constitucional de recursos da União aos Estados, depois distribuídos de acordo com o número de habitantes dos municípios, o que pode gerar ainda mais problemas para a população que fica”, completou o superintendente.

Atualmente há uma discussão no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a distribuição desses recursos, que só deve ser concluída com o fim do Censo. Parte do cálculo do FPM, que é utilizado para promoção de políticas públicas, é formado pela quantidade de pessoas da cidade.

[Governo recebe do Pró-Paraná sugestões que estimulam o desenvolvimento do Estado](#)

Para Guto Silva, o novo Censo vai permitir uma análise profunda não apenas da questão populacional, mas do comportamento desse novo Paraná. “Tivemos um acréscimo demográfico de 1,4 milhão de pessoas nesses 12 anos, com uma população que tem envelhecido e cidades pequenas que vêm perdendo população. Precisamos de políticas públicas bem calibradas para poder atender às demandas. É isso que estamos discutindo para preparar as próximas ações”, disse.

Silva explicou que o Censo vai permitir à equipe do Planejamento um olhar para a questão orçamentária, para que, seguindo a orientação do governador Ratinho Junior, continuem as entregas de obras e serviços com mais eficiência. “Vamos sincronizar indicadores e, posteriormente, trabalhar o Plano Plurianual (PPA) nessa nova dinâmica, pois a mudança da população altera o eixo dos recursos. Não queremos deixar ninguém para trás e vamos nos concentrar nesses indicadores”, disse.

Ninguém sai ganhando nesse movimento. As cidades médias e grandes que recebem essa população extra estão pressionadas pela exigência de novos equipamentos urbanos, como creches, unidades de saúde e serviços, e os pequenos municípios, quando esvaziados, tendem a ter mais dificuldades financeiras.

“Coincide de muitas dessas cidades pequenas apresentarem baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), então as duas pontas desse movimento demográfico acabam sendo ruins para o Estado: de um lado é preciso investir mais em municípios grandes para ter melhor infraestrutura, de outro, os municípios menores e mais esvaziados exigem custeio do Estado para compensar perdas e melhorar a qualidade de vida. Por isso precisamos de dados precisos e trabalhar dentro dessa nova realidade”, afirmou.

[Governo começa a desenhar caminho para tornar Paraná hub de hidrogênio verde](#)

O diretor-presidente do IparDES, Marcelo Curado, assinalou que o lançamento de dados “frescos” é uma oportunidade de desenvolver políticas públicas de qualidade que podem fazer a diferença à população paranaense. Ele citou que esses dados da população podem ajudar a detectar também as áreas que podem estar passando por mais problemas, causando esse êxodo.

“Se municípios de mesmo tamanho, sem diferença grande de natalidade e de expectativa de vida, perdem população de modo desigual, isso pode apontar problemas econômicos-sociais localizados, auxiliando na construção de políticas públicas regionalizadas e efetivas”, arrematou. “É o que queremos construir de maneira concreta a partir do lançamento oficial dos dados”.

CENSO - O Censo 2022 ainda está em campo e continua realizando coletas neste começo de ano. Os moradores de domicílios onde ainda ninguém respondeu ao Censo 2022 devem ligar para o Disque-Censo 137, que atende a todos os estados do País.